

Movimentos sociais “clássicos”, “contemporâneos” e relevância da estratégia socialista

“Classic”, “contemporary” social movements and relevance of the socialist strategy

Victor Neves*

Resumo

O artigo examina a tese que contrapõe movimentos sociais “clássicos” e “contemporâneos”, ou “velhos” e “novos”. Pondera-se nele a relação contraditória entre, de um lado, a variedade e o polimorfismo dos movimentos sociais, e, de outro, traços em comum, resgatando elementos para a crítica marxista dessa contraposição. A partir desse prisma, consideram-se relações de competitividade entre diferentes movimentos sociais. Nesse ponto ganha relevo o problema da relação entre movimento social, classes sociais, projetos societários e estratégias de transformação do ordenamento social vigente, abraçados por diferentes aparelhos privados de hegemonia e intelectuais organicamente vinculados às classes em luta. Finalmente, prospectam-se caminhos para a reafirmação da pertinência da estratégia socialista, em sua relação com “novos” e “velhos” movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais; socialismo; lutas de classes.

Abstract

The article examines the thesis that opposes “classic” and “contemporary” or “old” and “new” social movements. It considers the contradictory relationship between, on one hand, the variety and polymorphism of social movements, and, on the other, common features, rescuing elements for the Marxist critique of this opposition. From this point of view, we consider the relationship of competitiveness between different social movements, and explore reasons why some of them antagonize each other. At this point, the problem of the relationship between social movement, classes and societal projects, partisan programs and strategies of radical transformation of the current social order, embraced by different private hegemony apparatus and intellectuals organically linked to the struggling classes, is highlighted. Finally, paths for reaffirming the relevance of the socialist project in its relation to the “new” and “old” social movements are foreseen.

Keywords: social movements; socialism; class struggles.

* Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisador na linha *Política, Ideologia e Estratégias de Transformação Social* (PIETRA) do grupo *Dinheiro Mundial e Financeirização* (CNPq).

Nenhuma época orgânica emerge no horizonte de nossa época crítica, em que se defrontam as ordens seculares dos territórios, das nações, dos Estados. É a hora incerta das decomposições sem recomposições, das contradições sem sínteses, dos conflitos sem superação.

[Daniel Bensaïd]

A elaboração unitária de uma consciência coletiva demanda condições e iniciativas múltiplas.

[Antonio Gramsci]

Introdução

Este artigo se vincula a uma perspectiva teórico-política para a qual uma abordagem adequada das metamorfoses nos movimentos sociais requer a remissão aos antagonismos entre as classes sociais. Mas dizer isso é pouco. Afinal, não se deve negligenciar a lição de que as próprias classes sociais são produto de relações historicamente constituídas: formam-se a partir da experiência imediata ou mediada de seus participantes, que sentem e articulam identidades de interesses, entre si e contra outros.

Se consideramos, ainda, que a análise do fenômeno social não deve ser desvinculada da consideração das teorias sobre ele, fica patente que uma etapa no estudo das transformações dos movimentos sociais consiste na consideração das formulações teóricas sobre eventuais especificidades dos assim chamados “novos” movimentos sociais (ou “contemporâneos”) em relação aos “clássicos”. Isso porque as teorias sobre os movimentos sociais se desenvolvem a partir do mundo real, prático, e a ele retornam: uma vez que encontram e expõem, sistematicamente, traços compreensivos e explicativos da ação e da organização de tais movimentos, elas, até certo ponto, informam a autocompreensão, a autoimagem e os discursos dos movimentos, incidindo sobre sua própria conformação¹.

Tais considerações abrem caminho para a problematização da novidade dos chamados “novos movimentos sociais”. Digamos, por ora, que eles são e não são novos, combinando qualidades diversas entre si: se é verdade, por um lado, que lutas de segmentos sociais oprimidos, dirigidas contra outros grupos e organizadas a partir de afinidades e da resistência a opressões experimentadas em comum, ocorrem milenarmente, por outro lado isso não se desenrola contra um

¹ O assunto foi estudado profundamente por Martins (2016; 2019) e por Perruso (2008). Este texto foi elaborado a partir do acúmulo alcançado, e em diálogo com algumas das pertinentes questões levantadas, por esses pesquisadores.

pano de fundo indiferenciado, suspenso na história. Determinar as relações sociais na base desses conflitos, assim como as linhas de força centrais que conformam o mundo no qual e pelo qual se luta, é condição necessária (ainda que não suficiente) para esquadrihar as novidades nos assim chamados “novos movimentos”, mas, também, para aferir as possibilidades de trabalho conjunto, de combinação das particularidades em lutas interconectadas e abrangentes.

Deve-se considerar também que movimentos sociais como sindicatos e partidos políticos, por vezes referidos como “clássicos”, são, eles sim, relativamente *novos*, tendo surgido recentemente, ao longo dos últimos dois séculos (Frank e Fuentes, 1987). Esses movimentos se constituem a partir de formas de mobilização características da sociabilidade capitalista – recente se consideramos o arco temporal da história humana.

Nesse ponto se apresentam questões. Estariam as “novas” formas, na luta social, fadadas a substituir as “velhas”? Buscar combinações de esforços erodiria irremediavelmente a radicalidade dos movimentos emancipadores? Ou seria a chave para torna-los mais fortes? Nesse caso, em que marcos essa busca deveria se dar?

Contra o autoritarismo, pela emancipação em relação às opressões

A abordagem sistemática dos assim chamados “novos movimentos sociais” teve seu primeiro grande impulso, no campo da sociologia acadêmica no Brasil, nos anos 1970-1980. A própria nomenclatura atribuída ao objeto, ostentando o adjetivo “novo”, dá a ideia de que tais movimentos teriam surgido, aproximadamente, nesse mesmo período².

Pode-se concordar que o surgimento de tais movimentos tenha correspondido a transformações na realidade concreta, desde que se tenha em mente a necessidade de crítica da hipostasia que alija a leitura sobre os movimentos sociais de considerações de caráter classista. Assim, evita-se escorregar para o que Fontes chamou de

uma periodização fictícia, na qual se propõe uma espécie de ‘marco zero’ de ‘novas’ reivindicações na década de 1970, apagando-se as intensas lutas feministas e antirracistas que atravessaram os séculos XIX e XX, sombreando as lutas anticoloniais e o papel desempenhado pelos partidos comunistas, trotskystas e, até mesmo, socialistas (Fontes, 2017, p. 64).

² Em outros países, a abordagem sistemática do problema não antecede muito a cronologia brasileira. Gohn ([1997] 2008, p. 10) observa que, onde ela desponta mais cedo, isso ocorre nos anos 1960.

O assunto é objeto de divergências significativas.

Uma posição bastante influente é aquela que, em linhas gerais, relaciona o surgimento de “novos” movimentos ao esgotamento de “velhas” formas de fazer política³. Essa adjetivação não se refere primordialmente à antiguidade de tais formas, mas quer sugerir, sobretudo, sua *inadequação* – “velha”, aqui, carrega o sentido de esgotada, antiquada, caduca, senil. Os novos movimentos seriam os portadores de formas organizativas atualizadas, mais democráticas e horizontais. Seriam também tendencialmente críticos a um projeto político voltado para a emancipação humana, tal como supostamente definida na tradição marxista (a pluralidade vigente nessa tradição nem sempre é reconhecida nas formulações aqui sumariadas). Nisso residiria sua dupla novidade: afirmação do novo combinada à crítica do ultrapassado.

O surgimento de tais movimentos é relacionado, então, à proliferação de forças e organizações sociais construídas pela base. No Brasil, seria o caso de Comunidades Eclesiais de Base, novo sindicalismo, movimento feminista, movimento negro, movimentos pelos direitos dos povos indígenas, movimento ecológico, movimentos de juventude, movimentos pelo direito à cidade e ao equipamento urbano, movimento LGBT. Esses espaços organizativos se ocupariam de projetos emancipatórios particulares, cuja construção deveria iniciar-se em seu próprio fazer cotidiano, no aqui e agora. Cada um deles, à sua própria maneira e através de suas próprias lutas, poderia contribuir para o progressivo processo de alargamento do espaço democrático através da formação, e da interação, de novas formas de pensar e de viver. Esse processo passa a ser encarado como o próprio *telos* dos movimentos sociais, em contexto em que seria necessário “reinventar a democracia” (Santos, 1999).

Desliza-se daí para a afirmação de que o surgimento desses “novos” movimentos explicitaria o anacronismo, a incorreção ou a simples falta de relevância do projeto socialista. São mobilizadas, nessa direção, certas ilações decorrentes de características imediatas dos movimentos. Sustenta-se, por exemplo, que, sendo voltados prioritariamente para o enfrentamento dos problemas do cotidiano de seus participantes, recusar-se-iam a adiar seu projeto emancipatório para depois de uma incerta revolução totalizante. Em seu lugar, entraria a construção de revoluções no cotidiano, que, desde já, passariam pela politização de diversos espaços da vida social (Santos, [1994] 1999). Essas transformações seriam ainda mais importantes na medida em que contribuiriam para a superação de limites dos próprios movimentos sociais “clássicos”, que, supostamente, perpetuavam e perpetuam, eles mesmos, desde seu interior, formas de opressão que

³ Os parágrafos seguintes se apoiam em Scherer-Warren e Krischke (1987), Perruso (2008) e Martins (2019), ressaltadas outras indicações.

os “novos” movimentos sociais se comprometeriam a combater, como aquelas de gênero, de etnia, de orientação sexual.

As intencionalidades desses movimentos não seriam subsumidas em objetivos universais abstratos. Parte-se da constatação de que, para que se possa falar seriamente em “emancipação humana”, é necessário emancipar os segmentos concretamente submetidos a variadas formas de opressão, que não se resolverão por si. Essa posição, a princípio correta, é apresentada como sinal da radicalidade nos “novos” movimentos sociais, tida como superior àquela dos “clássicos”. Estaríamos finalmente caminhando para a explosão das trincheiras do conservadorismo, não apenas na sociedade, mas também no interior dos próprios sindicatos e partidos: homofobia, machismo, racismo, dentre outras modalidades de opressão cristalizadas nas relações desiguais de poder vigentes naqueles movimentos.

As novas formas organizativas teriam surgido do esgotamento de grupos centralizadores (partidos e sindicatos), bem como da crise dos caminhos percorridos por segmentos engajados nas lutas por emancipação. Esses setores são apresentados como excessivamente apegados a um esquema simplificador da diversidade da vida social, e a tradições autoritárias. Ademais, o fato de que, nas sociedades modernas, há formas de opressão muito mais variadas do que os antagonismos de classe, exigiria dos pesquisadores, para ser corretamente examinado, novos paradigmas analíticos: as velhas teorias teriam se tornado incapazes de abranger a nova realidade (Gohn, [1997] 2008, p. 13).

A referida revisão de paradigmas se articularia, por sua vez, à reavaliação de conceitos que haviam constituído, até então, importantes chaves heurísticas para o exame do mundo. No lugar de “classe trabalhadora” ou “proletariado”, afirma-se a maior flexibilidade e adequação dos conceitos de “povo”, “setores populares” ou “classes populares” (Sader e Paoli, 1986). Projetos emancipatórios totalizantes, como o socialismo, são relegados, quando muito, a ideias reguladoras, ao mesmo tempo em que o foco da luta é direcionado ao potencial de ampliação da democracia que estaria contido nas lutas de movimentos organizados em torno de identidades particulares, entendidos, de modo estanque, como grupos de interesse (Gohn, [1997] 2008). Essa posição se articula à afirmação do deslocamento da centralidade do conflito capital-trabalho na “sociedade pós-industrial” ou “programada” (Touraine, 1971).

A exploração econômica é interpretada, em tal quadro analítico, como mais uma forma de opressão dentre outras. Desconsideram-se, assim, algumas das profundas implicações sociais, políticas e ideoculturais dessa relação social específica – examinadas, por exemplo, nas considerações realizadas, no campo do pensamento marxista, sobre o “fetichismo da mercadoria” (Marx, [1867] 1996), a “reificação” (Lukács, [1923] 2003), a “hegemonia” (Gramsci [1929-35] 1977), a conformação de “modos de vida” (Dias, 2012).

Temos assim, em síntese, isto⁴.

1. afirmação da oposição entre movimentos sociais “clássicos” e “novos”.
2. refutação da centralidade do conflito entre capital e trabalho para a compreensão dos “novos” movimentos sociais⁵.
3. sustentação da obsolescência dos partidos políticos e do movimento sindical⁶ (não levaria necessariamente a seu desaparecimento, mas, pelo menos, indicaria seu reenquadramento em uma nova dinâmica do conflito social).
4. postulação de que a proliferação e o fortalecimento de formas horizontais de poder, articulando um impulso rumo à eliminação de todas as formas de opressão, poderia levar a uma desejável ampliação da democracia e a transformações sociais progressivas, sem a necessidade de rupturas radicais e comprimidas no espaço-tempo.
5. redirecionamento do conflito social ao plano cultural, enfatizando a luta contra opressões diversas, muitas vezes restrita ao plano empírico-sensível mais imediato, manifesto, por exemplo, no território local.

Lugares da teoria e da política: movimentos, estratégias, projetos

As análises sumariadas acima partem de um conjunto interessante de questões, que, de fato, se apresentam no plano da vivência política mais imediata. Entretanto, algumas das respostas que propõem são francamente inadequadas. Superar os limites presentes nelas, aproveitando o que elas possam ter de instigante, passa pela consideração de certos pontos.

Iniciemos por dois deles. Primeiro: a análise do social não deve ser desvinculada da consideração das teorias sobre ele (Goldmann, 1967). Segundo: o passado é, para o pesquisador, uma estrutura em progresso, cuja reconstituição é, até certo ponto, determinada pela busca por respostas a questões postas no presente (Bloch, [1949] 2001).

Isso quer dizer que, se, por um lado, não se deve negligenciar o fato de que os “novos” movimentos sociais se formaram e se formam a partir da experiência imediata de seus participantes, e das identidades estabelecidas a partir dela, por

⁴ Retomo a seguir, por conta própria, algumas das conclusões presentes em Martins (2016).

⁵ Mostrei acima que essa refutação pode se apoiar sobre a afirmação de transformações na sociabilidade contemporânea (anos 1960-70 em diante). Mas há outra possibilidade interpretativa: a de que os movimentos sociais “clássicos” jamais teriam sido capazes de pôr em relevo a concretude de outras opressões que não a classista, e, por isso, precisariam ser superados por movimentos focados na luta contra essas opressões. Considero que ambas as interpretações padecem de limites importantes e se apoiam sobre pressupostos equivocados, como exporei adiante.

⁶ Ela decorreria da perda de centralidade da luta entre trabalho e capital, ou de seu desgaste devido a práticas autoritárias, ou da combinação entre ambos. O problema será aprofundado criticamente adiante.

outro lado deve-se considerar o contato que seus membros têm, mais ou menos organicamente, com um conjunto de teorias que buscam interpretar, compreender, explicar sua ação e sua organização. Essas teorias contribuem para a formação de seus discursos e a sua autocompreensão, incidindo sobre sua própria conformação.

A pesquisa das relações de complementaridade e competitividade entre diferentes movimentos sociais, tal como proposta em Frank e Fuentes (1987), pode contribuir para explicar e compreender as linhas de força que atuam em sua constituição, na definição de seus objetivos e métodos, e, também, por que alguns dentre eles são mais compatíveis entre si, ao mesmo tempo em que se antagonizam contra outros.

Sustento aqui a hipótese de que tais aspectos, assim como compatibilidades e antagonismos entre movimentos diversos no seio do proletariado, e, considerando o problema mais amplamente, das próprias classes trabalhadoras⁷, são fortemente determinados por “concepções de mundo” (Gramsci, [1929-35] 1977, Q. 11, §12, Nota I, p. 1376) vinculadas explícita ou implicitamente a determinada *estratégia de luta política e social*.

Quanto ao termo “estratégia”, pode ser definido como segue:

Na política, [...] a estratégia é a teorização da combinação entre as diversas formas particulares e momentos singulares de embate entre os blocos em presença, tendo em vista atingir seus objetivos. Dito de outro modo, a estratégia é a teoria do emprego de cada embate como meio para atingir o objetivo final. Já a tática é a teoria da formação e da condução de cada um desses embates singulares tomado em si mesmo [...] (Iasi, Figueiredo e Neves, 2019, p. 14).

No âmbito do debate aqui travado, as duas estratégias em pauta são a “estratégia democrática” e a “estratégia socialista”. A principal diferença entre as duas parece residir em que, enquanto na estratégia democrática “os embates presentes são organizados em torno do aprofundamento da democracia e das conquistas sociais tidas como relacionadas a ela” (*ibidem*, p. 15), ou seja, na consecução de objetivos relacionados à emancipação política, na estratégia socialista tem-se a

[...] teoria da articulação entre as diversas frentes e modalidades de luta do proletariado ao objetivo final da ultrapassagem da divisão da

⁷ A diferenciação entre proletariado e classes trabalhadoras é objeto de polêmica no âmbito da tradição marxista. Para seu sentido no presente texto, remeto a Iasi (2002). Para outra posição, cf. Antunes ([1999] 2015).

sociedade em classes. Ela passa pela superação do Estado burguês em um Estado de transição sob controle do proletariado (logo: um Estado proletário), que viabilize politicamente a transformação das relações econômicas fundamentais (relações sociais de produção) rumo à sociedade comunista. [...] No âmbito dessa estratégia, a forma de exercício do controle proletário pode variar imensamente, mas o conteúdo de classe do Estado que se quer superar, aquele do Estado transitório e a necessidade de abolir qualquer Estado como parte do objetivo final são seguramente determinados [...] (Neves, 2019, p. 184).

Na estratégia democrática assume-se que a manutenção da forma estatal burguesa (dito de outro modo: do Estado democrático vigente) faz parte do próprio objetivo da luta, pautando-a – e constringendo-a – do princípio ao fim. Já na estratégia socialista, trata-se de subordinar os meios empregados ao objetivo de evicção das relações sociais capitalistas, fundadas sobre a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a compra e venda da mercadoria força de trabalho, a extração de mais-valia. Põe-se assim, nesta última, a questão incontornável de transcender os limites da institucionalidade presente, e, com ela, a questão da ruptura.

É esse o quadro em que, no âmbito de uma estratégia socialista, se articulam:

[...] embates cuja finalidade em si [...] é a conquista de direitos civis, políticos e/ou sociais e cuja forma se desenvolve sem ruptura imediata com a institucionalidade burguesa constituída; outros cujo objetivo intermediário se mantém o mesmo, mas a luta se dá sob a forma do choque frontal, com recurso à violência aberta, à insurgência; outros ainda em que [pode se dar a] combinação entre pressão pacífica de massas [...] e ação insurrecional [...] (Neves, 2019, pp. 184-185).

Posto isso, buscarei testar, a seguir, a hipótese anteriormente enunciada. Isso será feito através do desenvolvimento de três pontos.

Primeiro ponto: a afirmação de uma necessária oposição dos “novos movimentos sociais” aos partidos e sindicatos exagera grandemente certo antagonismo realmente presente entre diferentes formas de apresentação de movimentos de setores das classes trabalhadoras.

Alguns autores fundam tal exagero em constatações como a de que essas novas formas estariam surgindo em uma quadra histórica marcada pela regulação social capitalista, pela refutação do assim chamado socialismo real e da emancipação social tal como definida pelo marxismo (Santos, [1994] 1999).

Há resquícios de verdade em pontos sobre os quais essa leitura se apoia. Por exemplo: certas expressões da crítica ao socialismo real devem ser entendidas

como um desdobramento do que Claudín ([1970] 1975; [1970] 1986) chamou de “crise do movimento comunista internacional”. Essa crise, de fato, levou ao afastamento ou à ruptura de muitos intelectuais e militantes com partidos proletários, ou com o projeto comunista, ao longo da segunda metade do século XX⁸.

Ao aprofundar-se a reflexão, entretanto, vê-se que o problema nada tem de insuperável. Vê-se mais: que a refutação sumária ao assim chamado socialismo real deve ser, ela própria, objeto de crítica. Acontece que ela costuma amparar-se, sob um viés marcadamente devedor do pensamento liberal, na condenação do “totalitarismo”, identificado como face política do socialismo⁹. É esse o caso, quanto ao ponto em análise, em trabalhos de Arendt ([1951] 1958), Glucksmann (1977) e Lévy (1977).

É também o caso em François Furet, que, sob a noção de totalitarismo, aproximou nazismo e socialismo, subsumindo-os a um denominador comum, à revelia da história. Esse autor (Furet, 1995, p. 232) chega ao ponto de afirmar um totalitarismo de Stalin como precursor do totalitarismo de Hitler, escorando a condenação do socialismo na condenação, quase universalmente consensual, do nazismo. Losurdo ([2002] 2003, pp. 58-62), quanto a esse ponto, é preciso quando mostra que, já a partir dos anos 1950, foi corrente a caracterização de um suposto totalitarismo comunista como consequência natural da ideologia marxiana. Socialismo e totalitarismo, identificados, seriam o verso e o reverso da mesma medalha: os dois desembocariam em um Estado coercitivo e normalizador, que excluiria os dissidentes. O socialismo não poderia dar conta da diversidade constitutiva da vida social moderna, uma vez que estaria comprometido em um processo de uniformização contrário ao florescimento e desenvolvimento das individualidades (Christofferson, [2004] 2014).

O socialismo é encarado, sob tal perspectiva, enquanto forma instituída totalitária. As organizações que o defendem, ou que com ele se comprometem, seriam, enquanto formas instituintes, autoritárias. Os partidos operários e os sindicatos tenderiam a ser incapazes de reconhecer a pluralidade dos sujeitos políticos, buscando impor aos movimentos suas posições de modo verticalizado, e, por sua própria impermeabilidade ao debate, trabalhariam com conceitos engessados, que não corresponderiam à realidade. A adesão a pontos de vista

⁸ Ela se expressa, por exemplo, na exposição pública, em pleno XX Congresso do PCUS (1956), dos crimes de Estado ocorridos sob o comando de Stalin entre os anos 1930 e 1950; nos ziguezagues a que o movimento comunista internacional (MCI) se submeteu em nome da razão de Estado soviética; no sufocamento, por parte da URSS, de revoluções políticas democratizantes em países do antigo bloco socialista; na perda de credibilidade do MCI (Neves, 2019, cap. 7).

⁹ Importante notar que ela *costuma* amparar-se sobre essa condenação, mas nem sempre é esse o caso. Deve-se ter especial atenção às críticas feitas ao chamado socialismo real por setores revolucionários, como, por exemplo, os comunistas trotskistas e luxemburguistas – dentre outros. Suas críticas, resgatando aspectos dos pensamentos de clássicos como os de Marx e Lênin, e a própria dinâmica da revolução de outubro em seus inícios, podem carregar elementos pertinentes com o qual toda/o comunista tem a aprender.

totalizantes é denunciada como aversão à diversidade, e a defesa da diversidade é apresentada como incompatível com a vinculação às supostamente “velhas” formas dos movimentos sociais.

A aceitação desses pressupostos leva à contraposição entre pluralidade/diversidade e totalidade/uniformidade, ligando o segundo binômio ao autoritarismo/totalitarismo socialista. Nessa linha de raciocínio, oculta-se o compromisso histórico do campo socialista com a combinação entre *combate à desigualdade* e *afirmação da diferença*, mostrando-o de pernas para o ar, como um setor que afirmasse a igualdade à custa da diferenciação. Note-se, quanto a isso, que o contrário de *igualdade é desigualdade*, e não diferença. O contrário de diferença é *indiferença*, e é justamente *contra a indiferença* quanto aos destinos de indivíduos, grupos, classes, etnias, gêneros, e povos inteiros, que o campo socialista historicamente afirma sua luta.

Segundo ponto. A oposição entre os chamados “novos” movimentos e aqueles que, supostamente, os antecedem, se funda sobre a negação, ou relativização, da importância do conflito entre capital e trabalho para a compreensão dos movimentos sociais. Isso frequentemente se associa à negação da centralidade do trabalho na produção de valor (Martins, 2019, pp. 129-132).

Costuma-se deduzir daí a obsolescência dos partidos políticos proletários e do movimento sindical, uma vez que seriam fundados sobre a centralidade da luta entre trabalho e capital. Esses instrumentos poderiam até sobreviver enquanto formas realmente existentes, mas desprovidas de grande potencialidade enquanto instrumentos da luta emancipatória (Santos, [1994] 1999; Touraine, 1971).

Tais postulações não se atêm ao campo do debate teórico, pautando decisões táticas e estratégicas de organizações populares nas últimas décadas (Martins, 2016). Sua problematização deve passar por um *questionamento do questionamento* da atualidade do proletariado.

Engels definiu proletariado nos seguintes termos: “a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir” (Marx e Engels, 1848 [2005], p. 40). Se, realmente, há mudanças de monta ocorrendo no mundo do trabalho no último meio século (Antunes, [1995] 2006), nada indica que a massa de trabalhadores assalariados modernos, obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (*o proletariado*, cuja definição sintética e precisa vimos de ler), tenha deixado de existir, ou mesmo se reduzido.

Estudos credibilizados sobre o assunto mostram, pelo contrário, que a divisão entre proletários, produtores expropriados da riqueza social, e capitalistas, apropriadores do excedente econômico, não está caducando no mundo contemporâneo (Mattos, 2013; 2019). Ao contrário, apontam que ela vem se aprofundando, através da reposição intensificada dos processos de expropriação (Fontes, 2010) que estão na base, inclusive, da rerepresentação, nos países centrais, de

níveis de desigualdade social que alguns acreditavam, no contexto do *Welfare State*, que estariam superados ou relegados a países periféricos. Michel Husson (2008) definiu esse processo como a reapresentação de um “capitalismo puro”, ou seja, purgado das concessões feitas, sob pressão proletária, num mundo bipolarizado.

O que parece ocorrer em teorias como a da sociedade pós-industrial ou programada, em que o proletariado tende a desaparecer num passe de mágica, é que se toma uma coisa por outra. Assim, a passagem de um a outro regime de acumulação do capital (Harvey, [1989] 2007), ou de um a outro viés no movimento da onda longa iniciada com o capitalismo tardio (Mandel, [1972] 1985), acompanhada por mudanças correspondentes no mundo do trabalho e no modo de vida, é apresentada como se fosse uma transformação societária global, tendente a abolir as relações sociais fundamentais de capital (Evangelista, 2007).

Relacionam-se deste modo as noções de “novos movimentos sociais”, “crise e mudança de paradigma” e “pós-modernidade”: um novo tempo precisaria de novas teorias e novas formas de mobilização e luta, que superassem as antigas e ultrapassadas – rompendo com elas, negligenciando as lutas passadas, descartando as importantes lições que elas carregam.

Isso nos traz ao terceiro ponto. A ênfase na “novidade” pode levar, no terreno da narrativa histórica, ao ocultamento de iniciativas que fazem parte do patrimônio de luta dos setores oprimidos, assim como ao silenciamento quanto a diferenças políticas que cortam a história de cada movimento social.

Tomemos um exemplo, dentre muitos possíveis: a construção de uma “história das mulheres”, articulada em torno do aumento da presença feminina e feminista no campo acadêmico francês, a partir dos anos 1960. Vem sendo demonstrado que essa narrativa negligenciou a presença das mulheres no movimento sindical e na luta socialista desde a virada do século XIX ao XX, assim como apagou as lutas pelos direitos das mulheres provenientes desses mesmos espaços ao longo do século XX (Bonnet, 2016).

Silenciaram-se, assim, fatos como: o de que “a Federação do Tabaco e a Federação do Vestuário têm uma representação sindical feminina de mais de 50% desde o começo do século XX” (*ibidem*, p. 12); o de que a luta contra a baixa remuneração feminina e a reivindicação de salário igual para trabalho igual foi abordada nos Congressos da Confederação Geral do Trabalho “em 1888, 1892, 1894 e 1898”, o que indica o interesse pela questão (*ibidem*, p. 12); o de que os debates já ocorriam, nesse período, não apenas entre feministas externas ao mundo sindical, de um lado, e homens sindicalistas, de outro, mas também entre *feministas sindicalistas* e outros grupos feministas (*ibidem*, p. 13).

Quanto a esse último ponto, a autora chama a atenção para a existência de diferenças políticas bastante importantes. Mobiliza o seguinte exemplo: em 1901, um sindicato de estenógrafas composto apenas por mulheres decide, ao

invés de apoiar a greve dos tipógrafos, substituir os trabalhadores em luta em seus postos de trabalho, minando sua greve. A autora mostra que não se trata de uma política geral antissindical do movimento feminista, mas, sim, de uma política *de um setor* desse movimento (também ele plural, e atravessado por diversidade – e divergências), preocupado “apenas com o trabalho das mulheres”. Sua líder viria a vincular-se organicamente, em momento posterior a esse acontecimento, ao Ministério do Trabalho francês, elegendo o Estado, e não os sindicatos, como *locus* privilegiado de sua atuação sob a bandeira da proteção do trabalho feminino.

Foram postas no esquecimento, nessa história das mulheres comprometida com o “novo”, e descomprometida em relação às lutas passadas, as seguintes vitórias feministas, obtidas via movimento sindical ou em seu interior: legislação interditando o trabalho noturno feminino e infantil; conquista da igualdade, no setor público, de salários para homens e mulheres exercendo as mesmas funções; primeiros cursos de apoio, na França, ao parto sem dor; adoção do lema “salário igual para trabalho igual”, pela CGT; campanhas pioneiras contra a dupla jornada de trabalho feminina, pelo uso de contraceptivos e pela revogação da legislação repressiva ao aborto (*ibidem*, pp. 14-15).

Diante de tantos lapsos, a autora se pergunta como é que o papel central do feminismo sindical, na França ao longo do século XX, na luta pelos direitos das mulheres, pode ter recebido tão pouca visibilidade no âmbito da construção, ela mesma politicamente engajada, de uma “história das mulheres”. Pergunta-se ainda como é que, mesmo quando ele aparece ali, isso se dá através de interpretações que ocultam as reivindicações e conquistas fundamentais daquele movimento, como “a proposta do ‘parto sem dor’ e as demandas públicas por direito à interrupção voluntária da gravidez” (*ibidem*, p. 17), levadas à frente antes da existência do Movimento pela Liberação das Mulheres (MLF), chegando-se mesmo “ao ponto de *inverterem* o papel da CGT, apresentando-a como um obstáculo histórico para a emancipação das mulheres” (*ibidem*, p. 17, grifo no original).

Bonnet conclui que, se intelectuais vinculadas a setores do movimento feminista, ao propor uma interpretação supostamente abrangente da história das lutas desse movimento, falharam ao silenciar uma parte tão importante de sua história, tendo posto o acento nas insuficiências do sindicalismo, sem ter levado em conta seu engajamento e seu papel de liderança, cabe ao pesquisador, agora, questionar as razões e as oportunidades históricas, sociais e políticas, que elevaram tal discurso à situação de predominância.

Vale acrescentar: cabe ao pesquisador examinar a incidência que esse tipo de revisão da história tem sobre a autoimagem, a conformação, os objetivos, a estratégia política e as relações a serem estabelecidas entre diferentes movimentos sociais.

Considerações finais: diversidade do proletariado e relevância da estratégia socialista

Não é correto afirmar que as transformações societárias em curso a partir dos anos 1940-1950, que, certamente, devem ser tomadas em conta em estudos dos diferentes aspectos da sociabilidade contemporânea, tenham abalado de tal modo os pilares sobre os quais se constitui, e reconstitui, a modernidade, a ponto de invalidar a necessidade de projetos emancipatórios totalizantes. Também não cabe tal afirmação quanto às categorias de análise que remetam à posição, nos processos de produção e reprodução da vida, dos sujeitos em luta.

Na verdade, tudo indica que o último meio século marca o desenvolvimento exponencial dos vetores mais destrutivos da forma capitalista de sociabilidade. Isso atualiza, repondo em termos urgentes, a questão do surgimento de antagonistas capazes de reverter tal tendência através de seus esforços combinados, engendrando contratendências, que só podem se desenvolver plenamente na medida em que conduzam a formas sociais radicalmente diversas da presente (Meszaros, [2002] 2011).

Uma coisa é reconhecer que há relação entre o declínio de certas formas organizativas do movimento operário e a emergência de movimentos sociais diversificados, expressando a diversidade constitutiva do próprio proletariado. Essa relação parece corresponder à realidade, como sustentado, por exemplo, por Löwy e Bensaïd (2000). Mas ela não implica que o surgimento, e, sobretudo, o desenvolvimento de “novos” movimentos sociais se dê desprezando a experiência de luta anteriormente acumulada, nem tampouco se antagonizando a um projeto societário comunista. Pode-se mesmo sustentar que o declínio de certas formas organizativas do proletariado e das classes trabalhadoras pode ser o prenúncio de um contraditório processo de recomposição, ou reposicionamento, de suas lutas, em uma situação de transformações históricas importantes no modo de vida capitalista (Dias, 2012).

A chave para a compreensão das mudanças de forma dos movimentos sociais reside, uma vez que estejamos escorados nessas balizas, no exame de sua relação com as classes sociais em transformação (Boucher, 1990). Em tal exame, é necessário ter em conta que a existência política das classes não se dá abstratamente, mas apenas na medida em que homens e mulheres desempenham papéis determinados por objetivos de classe, sentem-se pertencentes a classes, definem seus interesses em relação entre si e contra outras classes, contra as quais se põem em luta. A definição dos interesses de classe não se dá de antemão: eles se apresentam, interagem, se metamorfoseiam, evoluem conforme a dinâmica do conflito social (Thompson, 2001, p. 107).

Iasi assinala que muito da polêmica em torno desse ponto remete à contraditoriedade presente no caráter dinâmico da própria consciência de classe, a seu movimento entre os polos da “acomodação à ordem estabelecida” e da “negação

da ordem”. Para o autor, a desconsideração das mutações na consciência em movimento (ou seja, a negligência em relação ao caráter *processual* da consciência) pode conduzir ao erro analítico de se absolutizar uma ou outra de suas formas. Assim, analisando a mesma classe, alguns afirmarão que sua consciência está condenada ao senso comum, enquanto para outros ela está inevitavelmente destinada a expressar uma posição revolucionária (Iasi, 2006 [2012], pp. 16-17).

A superação do impasse entre “novos” e “velhos” movimentos sociais remete às mutações e aos momentos da classe, em seu ser e em seu devir. Podemos, portanto, entender o movimento da consciência como articulado à interação de diferentes setores em luta, que podem tornar-se constitutivos da própria classe, que não é um ser fixo nem dado de uma só vez, reiteradamente constituindo-se e desconstituindo-se entre os polos do particular e do universal, da afirmação *vs.* negação da ordem instituída¹⁰.

Abordagem profícua do problema aparece em trabalhos em que a luta de classes é apresentada como uma diagonal que articula os conflitos sociais, sem, entretanto, uniformizá-los. Ao examinar, por exemplo, a relação entre feminismo e lutas de classes, Bensaïd (1995) mostra que a opressão fundada sobre relações sociais de sexo é anterior à exploração capitalista, e lembra que nada garante que ela desaparecerá com a superação dessa exploração. Relações de sexo e de classe são, portanto, diversas, e essa diversidade se expressa em uma não identidade entre a luta feminista e a luta anticapitalista. Uma vez admitida essa não identidade, cabe ao investigador determinar as modalidades da imbricação entre uma e outra relação, explicitando a identidade na não identidade: afinal, a divisão capitalista do trabalho reconfigura, redefine e remodela a divisão sexual do trabalho, refundando a opressão das mulheres sobre bases historicamente determinadas.

Trata-se então de enfrentar a dupla tarefa de, por um lado, encontrar e sublinhar a identidade sob a diferenciação e a contradição aparentes, assim como, por outro lado, encontrar e sublinhar a diversidade sob a aparente identidade (Gramsci, [1929-35] 1977, Q. 1, pp. 33-34). Essa tarefa se desdobra na paciente, e tenaz, reconstrução das solidariedades entre explorados e oprimidos, fundidas em torno de seu pertencimento de classe ao proletariado e do engajamento comum no projeto estratégico socialista, fundamentos de uma universalidade concretamente posta que permita encontrar a saída do labirinto do capital (Löwy e Bensaïd, 2000).

Abre-se assim o caminho para: por um lado, a *combinação revolucionária* entre diversas lutas particulares, em uma luta geral pela emancipação humana

¹⁰ Um processo recente em que o proletariado foi capaz de se constituir partindo de múltiplas identidades, imbricadas no nível do modo de vida e desdobradas em lutas combinadas, foi aquele que caminhou para a construção do PT, como se pode ver em Sader (1988). Quanto a sua deriva, primeiro reformista, depois francamente pró-ordem do capital, cf., dentre outros: Coelho (2005); Iasi, ([2006] 2012); Secco (2011).

do jugo da determinação do metabolismo social pela valorização do valor; por outro lado, não o apagamento, mas a *expressão criativa* de diferenças e contradições, que permita ao proletariado afirmar-se com a força da diversidade que o constitui. Para isso, não se deve atribuir, a um ou outro de seus componentes, supostas vantagens ou desvantagens inatas, não definindo-os por pretendidas ausências em relação a modelos ideal-típicos, mas sim pela riqueza e variedade de suas características presentes e potenciais, articuladas em torno das expressões concretas da condição proletária.

O caráter conflitivo dessa fusão pode e deve constituir, ele próprio, um grande trunfo do movimento geral.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/EdUNICAMP, [1995] 2006.
- _____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, [1999] 2015.
- ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. Cleveland: World Publishing Company, [1951] 1958.
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps : essais sur les crises, les classes, l’histoire*. Paris : Éditions de La Passion, 1995.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1949] 2001.
- BONNET, Annabelle. “Feminismo, política, transformação social, história das mulheres e luta sindical na França dos anos 1960-1970”, *Crítica e Sociedade*, v. 05, n. 02, jun. 2016, pp. 1-27.
- BOUCHER, Jacques. *Les mouvements sociaux : réflexion à partir des théories de l’action collective et de la régulation*. Études Théoriques (col.), 9003. Québec: CRISES, 1990.
- CHRISTOFFERSON, Michael Scott. *Les intellectuels contre la gauche: l’idéologie antitotalitaire en France (1968-1981)*. Marseille : Agone, [2004] 2014.
- CLAUDÍN, Fernando. *The communist movement from Comintern to Cominform*. Part One. New York / London: Monthly Review Press, [1970] 1975.
- _____. *A crise do movimento comunista*. Vol. 2. São Paulo: Global, [1970] 1986.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*. Tese de Doutorado. Niterói: PPGH-UFF, 2005.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modos de vida: ensaio sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Teoria social pós-moderna*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV / Editora UFRJ, 2010.
- _____. “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho”, *Marx e o marxismo*, v. 3, nº 8, jan./jun. de 2017, pp. 45-67.
- FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. “Nine theses on social movements”, *Economic and political weekly*. v. 22, n. 35, agosto de 1987, pp. 1503-1510.
- FURET, François. *Le passé d'une illusion : essai sur l'idée communiste au XXème siècle*. Paris: Robert Laffont, 1995.
- GLUCKSMANN, André. *Les maîtres penseurs*. Paris: Grasset, 1977.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos novos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, [1997] 2008.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: DIFEL, 1967.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. 4 vol., Seconda Edizione. Torino: Einaudi, [1929-35] 1977.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, [1989] 2007.
- HUSSON, Michel. *Un pur capitalisme*. Lausanne: Page 02, 2008.
- IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Boitempo (Viramundo), 2002.
- _____. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, [2006] 2012.
- IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel; NEVES, Victor. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- LÉVY, Bernard-Henri. *La barbarie à visage humain*. Paris: Grasset, 1977.
- LOSURDO, Domenico. “Para uma crítica da categoria de totalitarismo”, *Revista Crítica Marxista*, 17, [2002] 2003, pp. 51-79.
- LÖWY, Michael; BENSÁID, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- MANDEL, Ernst. *O capitalismo tardio*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, [1972] 1985.
- MARTINS, Caio. *Teorias dos novos movimentos sociais e lutas de classes: uma leitura crítica de sua influência no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: ESS-UFRJ, 2016.
- _____. “Duas cabeças, um corpo: partido, movimentos sociais e estratégia democrático-popular”. In: IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel; NEVES, Victor. *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019, pp. 125-145.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, [1848] 2005.

- MARX, Karl. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I, vols. 01 e 02. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico”, *Revista Outubro*, n. 21, 2º semestre de 2013, pp. 81-117.
- _____. *A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, [2002] 2011.
- NEVES, Victor. *Democracia e socialismo: Carlos Nelson Coutinho em seu tempo*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- PERRUSO, Marco Antônio. *Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS-UFRJ, 2008.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Éder; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. “Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro”. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 39-67.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, [1994] 1999.
- _____. *Reinventar la democracia, reinventar el Estado*. Madrid, Sequitur, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: EdUNICAMP, 2001.
- TOURAINÉ, Alain. *The post-industrial society*. New York: Random House, 1971.

Recebido em 22 de março de 2020

Aprovado em 25 de junho de 2020